

AZ@BXL

Número: 318

Data: 2024.05.31

No título: [Pico do Pedro - Pico da Esperança - Fajã do Ouvidor PR4SJO](#)

*Nota: A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A trigésima primeira edição aventura-se pelo trilho “[Pico do Pedro - Pico da Esperança - Fajã do Ouvidor PR4SJO](#)”, na ilha de São Jorge. Esta rota linear tem início na base do Pico do Pedro, passando pelo Pico da Esperança, a zona mais alta da ilha com 1053 metros de altitude e termina na Fajã do Ouvidor, na costa norte. percurso desenvolve-se parcialmente pela cordilheira vulcânica central, entre os 800 metros e os 1000 metros de altitude, e encontra-se parcialmente inserido na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico da Esperança e Planalto Central e os geossítios da Cordilheira vulcânica central e da Fajã do Ouvidor e da Ribeira da Areia. Ao longo do percurso poderá observar uma grande diversidade de flora, como malfuradas (*Hypericum foliosum*), uvas-da-serra (*Vaccinium cylindraceum*), sanguinhos (*Frangula azorica*) e azevinho (*Ilex azorica*). Em termos de fauna, pode avistar tentilhões (*Fringilla coelebs moreletti*) e melros (*Turdus merula azorensis*). Antes de descer para a Fajã do Ouvidor, não deixe de visitar a Casa do Parque de São Jorge, onde pode descobrir mais alguns tesouros do Parque Natural.*

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Economia circular: Conselho dá a sua aprovação final à Diretiva Direito à Reparação](#)

[Transição ecológica: Conselho dá a sua aprovação final ao Regulamento Conceção Ecológica](#)

[Combate ao branqueamento de capitais: Conselho adota um pacote de regras](#)

[Tratado da Carta da Energia: Conselho dá luz verde final à saída da UE](#)

[STEP: Comissão Europeia altera Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional](#)

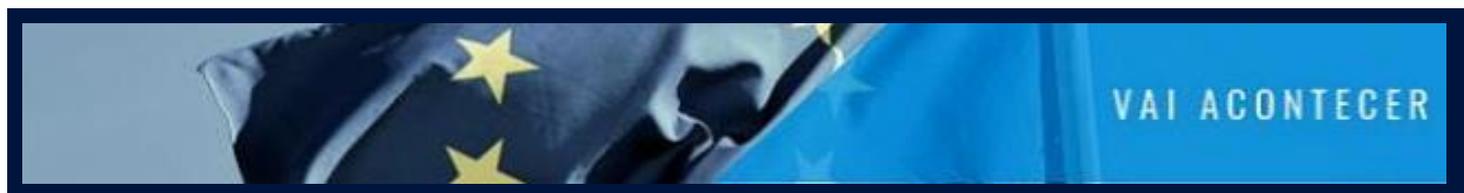
[Redes de eletricidade sustentáveis: Conselho aprova conclusões](#)

[Águas balneares da Europa permanecem seguras](#)

[Jornalismo: abertas as candidaturas para o Prémio Lorenzo Natali](#)

[“Inteligência artificial na União Europeia: mais velocidade precisa-se”, refere o TCE](#)

[Quantas horas por semana trabalham os europeus?](#)



Até 4 de junho



Melhor proteção dos tubarões graças a uma pesca e um comércio sustentáveis

A [consulta](#) é dirigida às partes interessadas, dentro e fora da UE, que estão envolvidas na conservação dos recursos marinhos (por exemplo, ONG e autoridades responsáveis), que têm um interesse económico nesta área (por exemplo, intervenientes no setor das pescas, sindicatos, indústria do turismo, operadores e autoridades dos Estados e regiões costeiras, etc.), que pertencem ao meio académico — entre os quais investigadores especializados em questões ambientais, económicas e sociais, incluindo a saúde pública, e que representam os consumidores. Mais pormenores [aqui](#).

Até 5 de junho



Estágios - proposta de diretiva

Esta iniciativa ajudará os Estados-Membros a melhorar as condições de trabalho dos estagiários e reforçar a aplicação dessas condições, bem como combater as práticas de fazer passar relações de trabalho regulares por estágios. Foi apresentada num pacote juntamente com uma proposta de revisão da Recomendação do Conselho de 2014 relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios. O objetivo é abordar questões de qualidade e inclusividade, tais como uma remuneração justa e o acesso à proteção social. Mais informações [aqui](#).

9 de junho



Eleições europeias

Enquanto cidadã ou cidadão da UE, pode [votar](#) no seu país de origem, a partir do estrangeiro ou no país da UE em que reside. Todas as dúvidas podem ser esclarecidas [aqui](#). Milhões de europeus participarão **na definição do futuro da democracia europeia** por ocasião das eleições europeias. As eleições para o Parlamento Europeu terão lugar em 9 de junho de 2024, em território nacional. Os cidadãos nacionais residentes em países da União Europeia votam, presencialmente, nas representações diplomáticas, nos dias 8 e 9 de junho de 2024. Em 2024, o(a)s eleitor(a)s elegem 21 eurodeputado(a)s, ou seja, o mesmo número que nas eleições de 2019. Nas eleições europeias, todo o território nacional constitui um único círculo eleitoral, o que significa que as cidadãs e os cidadãos votam nas mesmas listas de candidato(a)s, independentemente do lugar onde residam.

De acordo com o método de representação proporcional de Hondt, conferindo-se os mandatos ao(a)s candidato(a)s pela ordem de precedência da respetiva lista, nos seguintes termos: apura-se em separado o número de votos obtidos por cada lista partidária; o número de votos de cada lista é dividido sucessivamente por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo alinhados os quocientes por ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos termos quantos os mandatos atribuídos; os mandatos pertencerão às listas a que corresponderem os maiores termos da série estabelecida pela regra descrita na alínea anterior, recebendo cada uma das listas tantos lugares quantos os seus termos na série; no caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver o obtido menor número de votos.

11 a 13 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2024

De 11 a 13 de junho, a [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) reúne autoridades públicas, empresas privadas, ONG e consumidores para promover iniciativas que acelerem a descarbonização através de tecnologias e soluções ecológicas, com vista a uma transição justa e equitativa para as pessoas e empresas competitivas. Mais informações [aqui](#).

Até 20 de junho



Agentes antimicrobianos para utilização em animais: lista das substâncias proibidas e das substâncias autorizadas

Esta iniciativa visa estabelecer uma lista de agentes antimicrobianos: a) que não podem ser utilizadas em animais fora dos termos da sua autorização de introdução no mercado; e b) que podem ser utilizadas em animais fora dos termos da sua autorização de introdução no mercado, sob certas condições. A apresentação de comentários pode ser feita [aqui](#).

25 a 27 de junho



FI Campus 2024 - A defesa dos instrumentos financeiros

Organizada pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento, a [quinta edição](#) deste evento emblemático [reunirá](#) profissionais e peritos das autoridades de gestão dos fundos de gestão partilhada da UE, dos organismos que aplicam instrumentos financeiros, da Comissão Europeia, do Grupo do Banco Europeu de Investimento e de outras partes interessadas.

O evento contará também com a participação da comissária Elisa Ferreira e da presidente do Banco Europeu de Investimento, Nadia Calviño, sobre o futuro da política de coesão e o papel dos instrumentos financeiros e do BEI. A [inscrição](#) é obrigatória e a participação está sujeita a aprovação. Prazo final: terça-feira, 18 de junho de 2024.

Até 30 de junho



Candidaturas ao Prémio Lorenzo Natali – principal prémio de jornalismo na UE

Os jornalistas [podem](#) candidatar-se ao Prémio Lorenzo Natali 2024, o principal prémio de jornalismo da UE, apresentando artigos elegíveis. Os jornalistas que cobrem questões relacionadas com o clima, ambiente, energia, digital, infraestruturas, igualdade de género, desenvolvimento humano, migração e deslocações forçadas, paz e a governação, crescimento sustentável, emprego, e juventude podem [candidatar-se em linha](#) até à meia-noite CEST de 30 de junho. As candidaturas podem ser apresentadas em qualquer língua, mas devem ser acompanhadas de uma tradução numa das línguas do concurso: inglês, francês, espanhol, alemão ou português. Informações pormenorizadas sobre os termos e condições estão disponíveis [aqui](#).

Até 8 de julho



Comissão lança um programa de formação destinado a estudantes de jornalismo e a jovens jornalistas para que aprendam todos os aspetos da política de coesão

A Comissão Europeia abriu um período de candidatura para a **8.ª edição do Youth4Regions**, um programa destinado a aspirantes a jornalistas. O programa oferece aos estudantes de jornalismo e aos jovens jornalistas uma semana de aprendizagem em Bruxelas, em outubro de 2024, durante a qual os candidatos selecionados participarão em sessões de formação, serão orientados e trabalharão com jornalistas mais experientes na redação e visitarão várias instituições da UE e organizações de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (jornalismo geral, fotojornalismo e videojornalismo) e devem ser apresentadas por estudantes de jornalismo e jovens jornalistas dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países em vias de

adesão. Os trabalhos vencedores serão também considerados para o prestigiado [Prémio Megalizzi - Niedzielski](#), que será entregue em 9 de outubro de 2024 em reconhecimento do trabalho excepcional dos jovens jornalistas.

Youth4Regions é a iniciativa emblemática da Comissão para promover o crescimento de estudantes de jornalismo e jovens jornalistas, proporcionando-lhes uma exposição direta à UE. Desde a sua criação em 2017, **mais de 210 pessoas** de toda a Europa concluíram o programa, beneficiando das suas experiências enriquecedoras e conhecimentos valiosos. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis no sítio [Web do programa](#). O **período de candidatura permanece aberto até 8 de julho de 2024**. A Comissão cobrirá todos os custos do programa para os participantes.

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia – apresentação de candidaturas

O Prémio, no valor de 20 mil euros, está aberto a jornalistas profissionais e a equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que podem apresentar artigos de fundo que tenham sido publicados ou difundidos por meios de comunicação social sediados num dos 27 países da União Europeia. O objetivo é apoiar e realçar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e dos direitos humanos. Os jornalistas podem submeter o(s) seu(s) artigo(s) *online* em <https://daphnejournalismprize.eu/> até **31 de julho de 2024, às 12h00** (hora de Bruxelas).

Até 27 de agosto



Consulta pública: Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá (CETA) – avaliação

O Acordo Económico e Comercial Global (CETA) estabelece o quadro para uma parceria económica e comercial sustentável e mutuamente benéfica entre a UE e o Canadá. O ano de 21 de setembro de 2022 marcou cinco anos de aplicação provisória do CETA. Na sequência deste marco, a Comissão [publicará](#) uma avaliação baseada em dados concretos do CETA, analisando o seu impacto económico, social e ambiental após cinco anos de aplicação provisória.

28 a 31 agosto



Summer CEmp 2024

A sétima edição do [Summer CEmp](#), a escola de verão da [Representação da Comissão Europeia em Portugal](#), terá lugar em **Miranda do Douro**, no distrito de Bragança, entre os dias **28 e 31 de agosto de 2024**, com o apoio da [Câmara Municipal de Miranda do Douro](#) e a colaboração do centro [Europe Direct Bragança](#).

Com um programa imersivo, intenso e dinâmico, um **grupo diverso de estudantes do ensino superior** terá a oportunidade de interagir com um vasto leque de **protagonistas da atualidade portuguesa e europeia** (da política, dos media, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local). Em conjunto, vão refletir de forma prática sobre as prioridades e políticas europeias com uma ligação direta à região anfitriã e ao seu rico património arquitetónico e cultural.

De 5 a 19 de setembro



LIFE 2025: Convites à apresentação de propostas

A Comissão Europeia [abriu](#) um [período de apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa LIFE, com um total de 571 milhões de euros disponíveis para projetos que promovam a natureza e a biodiversidade, a economia circular e a qualidade de vida, a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, a transição para as energias limpas, o novo *Bauhaus* europeu e a governação ambiental.

Foram lançados vários convites à apresentação de propostas para os diferentes tipos de subvenções concedidas aos projetos LIFE. Todos os pormenores estão [disponíveis na página](#) dos convites à apresentação de propostas do [LIFE 2024](#). O financiamento total do LIFE para o período 2021-2027 é de 5,4 mil milhões de euros, um aumento de quase 60%, e inclui agora um subprograma de Transição para as Energias Limpas. O período de candidaturas para a maior parte das ações termina em setembro (17 e 19 de setembro). Os que vão até março de 2025 têm de submeter as notas conceptuais até 5 de setembro de 2024.

Até 11 de setembro



Candidaturas às bolsas de pós-doutoramento MSCA

As [bolsas de pós-doutoramento MSCA](#) ajudam os investigadores experientes a adquirir novas competências, a desenvolver as suas carreiras e a adquirir experiência internacional, interdisciplinar e intersetorial trabalhando no estrangeiro. Estas bolsas prestigiadas constituem um trampolim nas carreiras dos investigadores, permitindo-lhes realizar investigação de ponta e cooperar com equipas e figuras científicas de renome. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 417,2 milhões de euros, encerrará em 11 de setembro.

Até 24 de setembro



Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão - Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária - apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

Até 26 de setembro



Convites à apresentação de propostas ao COFUND MSCA

O [COFUND MSCA](#) ajuda as organizações a criarem ou reforçarem os seus próprios programas de formação para doutoramento e bolsas de pós-doutoramento, com o objetivo de recrutar investigadores e atrair talentos internacionais através do cofinanciamento de uma parte significativa dos seus custos. As instituições que beneficiam desse financiamento devem complementá-lo com as suas próprias fontes de financiamento. Este regime divulga as melhores práticas das MSCA, promovendo normas elevadas e excelentes condições de trabalho. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 104,8 milhões de euros, encerrará em 26 de setembro.

Até 30 de setembro



Novo financiamento da UE para ideias inovadoras destinadas a reduzir o desemprego de longa duração e a ajudar as pessoas a encontrar emprego

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de propostas](#) no valor de 23 milhões de euros para ajudar os Estados-Membros da UE a desenvolver novas formas de combater o desemprego de longa duração e ajudar as pessoas a reintegrar o mercado de trabalho. Este convite foi anunciado no recente plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE.

Através do presente convite à apresentação de propostas, financiado ao abrigo da iniciativa "Inovação Social +" do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a Comissão tem por objetivo desenvolver iniciativas promissoras anteriores e reforçar o papel das organizações da economia social. Estas organizações dão prioridade a objetivos sociais e ambientais e reinvestem a maior parte dos seus ganhos nas suas iniciativas. Têm uma capacidade comprovada para apoiar pessoas que sofreram de isolamento e pobreza em consequência do desemprego de longa duração.

As organizações têm até 30 de setembro de 2024 para apresentarem as suas propostas, seguindo as instruções constantes do [sítio Web do convite](#), que deve envolver organizações de, pelo menos, dois países diferentes da UE, Islândia, Montenegro, Noruega e Sérvia. Os projetos podem ter uma duração máxima de 36 meses e podem receber subvenções que variam entre 1 e 3 milhões de euros por projeto. Uma [sessão em linha](#) a 28 de maio de 2024 oferecerá a oportunidade de colocar quaisquer questões sobre o convite, enquanto será também organizada uma sessão de *match-making* para facilitar a criação de novas parcerias para construir projetos. As informações sobre ambas as sessões serão disponibilizadas na página *Web* do convite.

7 a 10 de outubro



Comité das Regiões Europeu

22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais. Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#).

Até 14 de outubro



Convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da política de coesão reforça a inovação urbana em toda a UE

Para reforçar e fortalecer ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da UE, a Comissão Europeia [lançou](#) um terceiro convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia \(IUE\)](#). Os projetos selecionados no âmbito deste convite testarão soluções inovadoras nas cidades para as ajudar a concretizar as transições ecológica e digital.

Os projetos devem centrar-se numa das duas prioridades seguintes: transição energética - experimentar e explorar soluções inovadoras tangíveis que garantam sistemas energéticos locais acessíveis, seguros e mais limpos; tecnologia nas cidades - explorar tecnologias emergentes e soluções digitais para melhorar os serviços públicos, a governação urbana, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e garantir que as nossas cidades são mais seguras e acessíveis a todos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) cofinanciará 80% dos custos do projeto, recebendo cada projeto até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de conhecimentos e a adaptação destas soluções testadas a outras cidades da UE, a fim de garantir que os projetos locais tenham um impacto social e económico mais vasto na Europa. Os restantes 20% serão cobertos pelas autoridades locais e pelos parceiros do projeto. Convidam-se os representantes interessados das cidades da UE a consultar a [página Web da IUE](#) para obter informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura. O prazo para apresentação de propostas termina a 14 de outubro de 2024.

Até 22 de outubro



Comissão convida à apresentação de pedidos de financiamento para projetos transfronteiriços de energia limpa no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas no valor de 850 milhões de euros para apoiar projetos de infraestruturas energéticas no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa. Este é o primeiro convite à apresentação de propostas de financiamento para a primeira lista de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo estabelecida ao abrigo do regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). O regulamento e a lista revistos estão alinhados com o Pacto Ecológico Europeu e ajudarão a UE a atingir os seus ambiciosos objetivos em matéria de clima e energia. É a primeira vez que os projetos de redes elétricas *offshore* e de hidrogénio são elegíveis para apoio ao abrigo do MIE e que as infraestruturas de combustíveis fósseis estão excluídas.

Os promotores de projetos poderão candidatar-se ao cofinanciamento da UE sob a forma de subvenções para estudos e obras de construção. O convite está aberto até 22 de outubro de 2024 e, a 14 de maio, a Comissão organizará uma jornada informativa virtual para apresentar o convite e informar as partes interessadas sobre o processo de candidatura e avaliação.

Até 27 de novembro



Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

[As redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro.**



Conselho estabelece direitos aduaneiros mais elevados para os produtos cerealíferos da Rússia e da Bielorrússia

O Conselho [adotou](#) um regulamento que visa aplicar direitos aduaneiros muito elevados aos produtos cerealíferos importados da Rússia e da Bielorrússia. O regulamento aumenta os direitos aduaneiros sobre os cereais, oleaginosas e os produtos derivados provenientes da Rússia e da Bielorrússia até um ponto que, na prática, impedirá as importações desses produtos.

O regulamento aumenta os direitos de importação de cereais, oleaginosas e produtos derivados, bem como de *pellets* de polpa de beterraba e ervilhas secas provenientes da Federação Russa, bem como da República da Bielorrússia, relativamente aos quais, atualmente, os importadores não pagam quaisquer direitos ou pagam direitos reduzidos. Além disso, essas mercadorias serão excluídas do acesso aos contingentes pautais da União. Estas medidas dizem respeito a produtos originários ou exportados direta ou indiretamente da Federação da Rússia ou da República da Bielorrússia para a UE. Não afetarão o trânsito através da UE de ambos os países para outros países terceiros. O regulamento será publicado no Jornal Oficial da UE. As medidas entrarão em vigor em 1 de julho de 2024.

Comissão clarifica apoio aos agricultores em caso de acontecimentos meteorológicos excecionais

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [comunicação](#) que clarifica o recurso a casos de **força maior** e a **circunstâncias excecionais** para o setor agrícola da UE em caso de fenómenos meteorológicos extremos e imprevisíveis. **Ao clarificar a interpretação jurídica deste conceito, a Comissão pretende proporcionar segurança aos agricultores afetados no que diz respeito aos seus pagamentos no âmbito da política agrícola comum (PAC), assegurando simultaneamente uma aplicação uniforme em toda a União pelas administrações nacionais.** A presente comunicação faz parte do pacote destinado a reduzir os encargos administrativos para os agricultores da UE.

A comunicação esclarece que o caso de **força maior pode aplicar-se a todos os agricultores que trabalhem numa zona delimitada que seja afetada por catástrofes naturais ou acontecimentos meteorológicos graves e imprevisíveis.** Isto significa que os agricultores localizados na zona afetada não terão de preencher pedidos individuais nem apresentar provas do cumprimento das condições de força maior. **Este alargamento do âmbito de aplicação reduzirá os encargos administrativos para os agricultores e as autoridades nacionais, facilitando assim uma resposta rápida por parte dos Estados-Membros.**

A comunicação estabelece condições para permitir presumir que todos os agricultores localizados numa zona estão abrangidos por um caso de força maior. Os Estados-Membros terão de confirmar a ocorrência de uma catástrofe natural grave ou de um acontecimento meteorológico grave e delimitar a área geográfica que foi gravemente afetada pelo evento e cujas consequências não puderam ser evitadas com o devido cuidado. Para esta delimitação, os Estados-Membros podem basear-se, por exemplo, em dados de satélite da zona em causa, sem necessidade de dados específicos de satélite ao nível das explorações individuais. Para certos tipos de eventos, as administrações nacionais terão igualmente em conta fatores adicionais, como o gradiente de declive, o tipo de solo ou o tipo de culturas cultivadas, a fim de definir a população afetada sem necessidade de verificação individual. Pode ser o caso, por exemplo, da geada, que pode não afetar todas as culturas da mesma forma, ou da precipitação contínua, que pode ter efeitos diferentes em zonas com declive ou em solos com diferentes capacidades de retenção de água.

Quanto leite produz a UE?

As explorações agrícolas da UE [produziram](#) cerca de 160 milhões de toneladas de leite cru em 2022. A maior parte da produção de leite cru na UE é entregue às indústrias transformadoras: apenas 9,8 milhões de toneladas foram utilizadas nas explorações agrícolas, sendo consumidas pela família do agricultor, vendidas diretamente aos consumidores, utilizadas como alimento para animais ou transformadas diretamente. **Dos 149,9 milhões de toneladas de leite entregues às indústrias, 145,6 milhões de toneladas eram leite de vaca,** sendo o restante leite de outros animais: ovelhas, cabras e búfalas.

Entre os produtos frescos obtidos, as indústrias leiteiras da UE produziram 22,5 milhões de toneladas de leite de consumo e 7,7 milhões de toneladas de produtos lácteos acidificados. No que se refere aos produtos manufaturados, as indústrias produziram 2,3 milhões de toneladas de manteiga a partir de 46,4 milhões de toneladas de leite gordo; 10,4 milhões de toneladas de queijo a partir de 59,2 milhões de toneladas de leite gordo e 16,9 milhões de toneladas de leite magro; 3,0 milhões de toneladas de leite em pó e 55,9 milhões de toneladas de soro de leite. O artigo surge a propósito da celebração do [Dia Mundial do Leite](#), que ocorre no dia 1 de junho.

Transição ecológica: Conselho dá a sua aprovação final ao Regulamento Conceção Ecológica

O Conselho [adotou](#) o Regulamento Conceção Ecológica, que estabelece requisitos aplicáveis aos produtos sustentáveis. O regulamento substitui a Diretiva Conceção Ecológica em vigor e alarga o seu âmbito de aplicação a todos os tipos de bens colocados no mercado da UE, para além dos produtos energéticos. Este é o último passo do processo de decisão.

O regulamento abrange todos os tipos de produtos, com apenas algumas exceções (por exemplo, automóveis ou produtos relacionados com a defesa e a segurança). O novo regulamento introduz novos requisitos, como a durabilidade, a possibilidade de reutilização, a possibilidade de melhoramento e a possibilidade de reparação dos produtos, regras relativas à presença de substâncias que inibem a circularidade; a eficiência energética e dos recursos; o conteúdo reciclado, a remanufatura e a reciclagem; a pegada de carbono e a pegada ambiental; e requisitos de informação, incluindo um passaporte digital dos produtos. A Comissão ficará habilitada a estabelecer requisitos de conceção ecológica por meio de atos delegados e a indústria disporá de 18 meses para os cumprir.

Os critérios de conceção ecológica serão aplicáveis aos contratos públicos, a fim de incentivar a aquisição pública de produtos ecológicos. O novo regulamento introduz uma proibição direta da destruição de têxteis e calçado não vendidos (as PME ficarão temporariamente excluídas) e habilita a Comissão a introduzir proibições semelhantes relativamente a outros produtos no futuro. No que diz respeito aos produtos vendidos em linha, o Regulamento Conceção Ecológica será alinhado com o Regulamento Serviços Digitais.

Europeus continuam a sentir-se diretamente afetados pelas questões e políticas ambientais

De acordo com um novo inquérito [Eurobarómetro sobre as “Atitudes dos europeus em relação ao ambiente”](#), os europeus continuam a manifestar um elevado nível de preocupação com o ambiente, que consideram ser uma questão que os afeta pessoalmente. Mais de três quartos dos europeus afirmam que as questões ambientais têm um efeito direto na sua vida quotidiana e na sua saúde. E mais de quatro em cada cinco inquiridos concordam que a legislação ambiental da UE é necessária para proteger o ambiente no seu país. Estes resultados são quase idênticos aos do último inquérito realizado em 2019, sublinhando a relevância contínua da política ambiental da UE. Os cidadãos também estão preocupados com os custos da poluição. O inquérito ilustra igualmente as preocupações dos cidadãos com a poluição e a escassez de água, o seu apoio à economia circular e à recuperação da natureza, bem como a sua sensibilização para os impactos dos produtos químicos nocivos. Estão disponíveis mais pormenores em [linha](#).

Economia circular: Conselho dá a sua aprovação final à Diretiva Direito à Reparação

O Conselho [adotou](#) uma diretiva que promove a reparação de bens avariados ou defeituosos, também conhecida como Diretiva Direito à Reparação. Graças a esta legislação será mais fácil para os consumidores solicitar a reparação em vez da substituição, e os serviços de reparação passarão a ser mais acessíveis, mais transparentes e mais atrativos. A adoção da diretiva é o último passo do processo de tomada de decisões legislativas.

A diretiva cria um conjunto de instrumentos e incentivos para tornar a reparação mais atrativa para os consumidores, incluindo a obrigação de os fabricantes repararem produtos tecnicamente reparáveis ao abrigo do direito da UE, a disponibilização de um formulário de reparação voluntária com informações claras sobre o processo de reparação (prazos, preços, etc.), uma plataforma europeia em linha na qual os consumidores podem encontrar facilmente serviços de reparação, e a prorrogação da garantia legal por um período de 12 meses caso os consumidores optem pela reparação em vez da substituição. A lista de produtos reparáveis pode ser alargada no futuro: sempre que a Comissão introduzir novos requisitos de reparabilidade para determinados produtos, estes serão aditados à Diretiva Direito à Reparação.

Comissão anuncia os vencedores estónios, portugueses, irlandeses, espanhóis, franceses, italianos, polacos e belgas do prémio Natura 2000

Para assinalar a [Semana Verde da UE](#), a Comissão Europeia [anunciou](#) os vencedores do Prémio Europeu Natura 2000 para 2024. Celebrando o seu décimo aniversário este ano, o prémio reconhece a gestão excecional dos sítios Natura 2000 e destaca o valor acrescentado da rede em termos de conservação da natureza para as comunidades e economias locais em toda a União Europeia. O Fundo Natural da Estónia recebeu o prémio de conservação em terra pela sua “iniciativa de recuperação de 8000 hectares de habitats pantanosos”. O **prémio de conservação marinha foi atribuído à ONG portuguesa *Ocean Alive*, pela [recuperação e proteção das “florestas azuis”](#)**. O projeto *Wild Atlantic Nature* convenceu o júri com o seu “regime revolucionário de pagamento agroambiental para os agricultores nas zonas Natura 2000” na Irlanda, tal como a iniciativa franco-espanhola “Pastures to preserve Natura 2000 habitats and species in the Pyrenees”, liderada pela Fundação HAZI. Por último, mas não menos importante, a associação cultural italiana *Artetica* foi galardoada com o prémio de comunicação pela sua iniciativa de envolvimento da comunidade e de ciência cidadã “Da floresta para a Web e vice-versa”. Os vencedores foram selecionados por representantes do Conselho, da Comissão, do Comité das Regiões e do Parlamento Europeu.

Comissão anuncia os vencedores dos Prémios LIFE 2024

A Comissão Europeia anunciou, durante a [Semana Verde da UE](#), os vencedores da edição de 2024 dos [Prémios LIFE](#). Os Prémios LIFE reconhecem os projetos mais inovadores, inspiradores e eficazes financiados pelo Programa LIFE da UE em três categorias: proteção

da natureza; economia circular e qualidade de vida; e ação climática. Seleccionados entre os projetos LIFE de toda a UE, os vencedores da edição de 2024 incluíram projetos que recuperam rios, produzem alimentos para animais a partir de resíduos de proteínas de insetos e plantam árvores para refrescar as cidades.

O Prémio LIFE para a Natureza foi atribuído ao projeto [LIFE Flusserlebnis Isar](#), que visa recuperar o rio Isar e as suas planícies aluviais através de uma colaboração única entre as autoridades bávaras responsáveis pela água e pela natureza. Vencedor do Prémio LIFE para a Economia Circular e Qualidade de Vida, o projeto [LIFE Waste2Protein](#) apresenta uma inovadora ração animal à base de proteínas de insetos produzida a partir de resíduos biológicos como alternativa sustentável às farinhas de peixe e de soja. O Prémio LIFE para a Ação Climática foi atribuído ao [LIFE TreeCheck](#), por ajudar as cidades da Europa Central a combater as alterações climáticas utilizando infraestruturas verdes para minimizar o efeito de ilha de calor urbana. Os vencedores foram seleccionados por representantes da Agência Europeia do Ambiente, do Comité das Regiões e da sociedade.

Na sequência de uma votação pública, o Prémio LIFE para os Cidadãos foi atribuído ao [Life+ Nature Guardians](#), um projeto que luta contra crimes ambientais, como a descarga de resíduos e a morte de animais selvagens em Espanha e Portugal. Por último, uma categoria especial introduzida na edição deste ano para reconhecer o papel vital e indispensável da água potável na vida de todos os europeus foi atribuída ao [Freshabitat LIFE IP](#). Para mais informações, consultar o [sítio Web](#).



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão altera Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional, a fim de permitir um maior apoio aos projetos da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [alteração](#) às [Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional](#) («OAR»), a fim de permitir que os Estados-Membros concedam montantes mais elevados de auxílios com finalidade regional para projetos de investimento abrangidos pela [Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa](#) («STEP»). A STEP visa apoiar o desenvolvimento e o fabrico de tecnologias críticas pertinentes para as transições ecológica e digital da UE, bem como para a soberania estratégica da UE.

Os auxílios com finalidade regional constituem um instrumento importante utilizado pelos Estados-Membros para reforçar o desenvolvimento regional. As [OAR](#) estabelecem as regras ao abrigo das quais os Estados-Membros podem conceder auxílios estatais a empresas para apoiar investimentos nas regiões menos favorecidas da Europa. Os Estados-Membros notificam mapas regionais, que são avaliados e aprovados pela Comissão, os quais definem as regiões onde são autorizados auxílios ao investimento com finalidade regional, bem como o montante máximo de auxílio estatal que pode ser concedido, expresso em percentagem dos custos de investimento elegíveis.

A alteração permite que os Estados-Membros alterem os seus mapas dos auxílios com finalidade regional com vista a permitir níveis mais elevados de auxílios com finalidade regional para projetos de investimento abrangidos pela STEP até: **10 pontos percentuais** nas regiões elegíveis para auxílios ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (as chamadas regiões «a»); e **5 pontos percentuais** nas regiões elegíveis para auxílios ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (as chamadas regiões «c»).



Cultura e Comunicação

Abertas as candidaturas para o Prémio Lorenzo Natali na área do jornalismo

Os jornalistas [podem](#) candidatar-se ao Prémio Lorenzo Natali 2024, o principal prémio de jornalismo da UE, apresentando artigos elegíveis. Os jornalistas que cobrem questões relacionadas com o clima, ambiente, energia, digital, infraestruturas, igualdade de género, desenvolvimento humano, migração e deslocações forçadas, paz e a governação, crescimento sustentável, emprego, e juventude podem [candidatar-se em linha](#) até à meia-noite CEST de 30 de junho. As candidaturas podem ser apresentadas em qualquer língua, mas devem ser acompanhadas de uma tradução numa das línguas do concurso: inglês, francês, espanhol, alemão ou português. Informações pormenorizadas sobre os termos e condições estão disponíveis [aqui](#).

Comissão e Europa Nostra atribuem prémios a 26 projetos exemplares no domínio do património

A Comissão Europeia e a *Europa Nostra*, a principal rede europeia do património, anunciaram os 26 vencedores da prestigiada edição deste ano dos Prémios do Património. 22 projetos notáveis de Estados-Membros da UE e de países associados ao programa Europa Criativa receberam um Prémio Europeu do Património. Além disso, quatro projetos do Reino Unido receberam o prémio *Europa Nostra*.

Os vencedores serão celebrados na cerimónia de entrega dos Prémios do Património Europeu, a 7 de outubro, durante a Cimeira Europeia do Património Cultural 2024. A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar no Ateneu Romeno, em Bucareste, na Roménia, que recebeu recentemente a “Marca do Património Europeu” em reconhecimento da sua importância. Os vencedores do Grande Prémio e do Prémio Escolha do Público, escolhidos entre os projetos vencedores deste ano, serão também anunciados na cerimónia e receberão um prémio de 10 000 euros cada. A cimeira é organizada pela *Europa Nostra* com o apoio da Comissão e terá lugar de 6 a 8 de outubro. Os defensores e entusiastas do património são encorajados a descobrir os vencedores e a [votar em linha](#) para decidir quem ganhará o Prémio Escolha do Público 2024. Mais informações sobre os prémios e os vencedores estão disponíveis [aqui](#).



Desinformação e cibersegurança antes das eleições europeias: recomendações do Tribunal de Contas Europeu

A desinformação é uma preocupação séria nas sociedades organizadas. Com as eleições europeias a aproximarem-se dentro de poucos dias, as instituições da UE estão naturalmente atentas aos riscos e ameaças que esta representa. No Tribunal de Contas Europeu, o Tribunal já [apresentou](#) relatórios sobre a desinformação que afeta a UE, bem como sobre a cibersegurança nas instituições, organismos e agências da UE. O relatório especial de 2021 do Tribunal sobre a desinformação constatou que esta era combatida, mas não controlada, e o Tribunal recomendou que a resposta da UE fosse reforçada e a coordenação melhorada. Entretanto, a principal conclusão do relatório de auditoria do Tribunal relativo à cibersegurança de 2022 foi que os organismos da UE devem aumentar a sua preparação em matéria de cibersegurança. Ambos os relatórios continuam a ser tão atuais como sempre.

As redes sociais e as novas tecnologias aumentaram a escala e a velocidade com que informações falsas ou enganosas podem chegar ao público, intencionalmente ou não. É referido no relatório especial sobre desinformação em 2021, “qualquer tentativa de minar ou manipular a opinião pública de forma maliciosa e intencional representa uma grave ameaça para a própria UE”. A luta contra a desinformação representa, no entanto, um grande desafio, uma vez que a UE deve evitar infringir os seus próprios valores fundamentais, como a liberdade de opinião e de expressão. O Relatório Especial centrou-se no plano de ação da UE para combater a desinformação, publicado em 2018. Os auditores do Tribunal concluíram que o plano de ação deu origem a desenvolvimentos positivos, mas não cumpriu todas as suas promessas. O Tribunal emitiu [seis recomendações](#) claras à Comissão Europeia e ao Serviço Europeu para a Ação Externa, solicitando-lhes que as ponham em prática.



A Comissão desembolsa 25 milhões de euros para a Autoridade Palestiniana e 16 milhões de euros para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

A Comissão [processou](#) uma segunda parcela de assistência no valor de 25 milhões de euros a favor da Autoridade Palestiniana para contribuir para o pagamento dos salários e pensões dos funcionários públicos palestinianos e desembolsou 16 milhões de euros a favor da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente para prestar serviços básicos como a saúde e a educação aos refugiados palestinianos.

O pagamento de 25 milhões de euros ao abrigo do mecanismo PEGASE ajudará a Autoridade Palestiniana a cumprir parte dos seus compromissos para com os funcionários públicos palestinianos na Cisjordânia. Nesta conjuntura crítica, constituirá um contributo muito necessário para os importantes desafios que a economia palestiniana enfrenta, em especial antes do Eid al-Adha.

Síria: Conselho renova as medidas restritivas e prorroga a isenção humanitária por mais um ano

O Conselho [prorrogou](#), até 1 de junho de 2025, as medidas restritivas da UE contra o regime sírio e os respetivos apoiantes, tendo em conta a gravidade da situação que se tem vindo a deteriorar na Síria. Na sequência da revisão efetuada, o Conselho decidiu também retirar da lista cinco pessoas falecidas e uma outra pessoa.

As medidas restritivas atualmente em vigor visam um total de **316 pessoas e 86 entidades** que estão sujeitas ao **congelamento de bens**. Além disso os cidadãos e as empresas da UE ficam **proibidos de disponibilizar fundos** às pessoas e entidades designadas. As pessoas singulares estão ainda sujeitas a uma **proibição de viajar**, o que as impede de entrar no território da UE ou de por ele transitar.

O Conselho decidiu igualmente **prorrogar a aplicação da isenção humanitária** introduzida em fevereiro de 2023, tendo em conta a gravidade da crise humanitária na Síria, agravada pelo terramoto que atingiu a Turquia e a Síria. Esta decisão assegurará a continuação da prestação atempada de ajuda humanitária e de outras atividades de apoio às necessidades humanas básicas e reforçará a coerência entre as medidas restritivas da UE e as adotadas a nível das Nações Unidas.

O Conselho continua profundamente preocupado com a situação na Síria. Após mais de 13 anos, o conflito está longe de terminar e continua a ser uma fonte de sofrimento e instabilidade para a população síria e para a região. Neste contexto, o Conselho recorda igualmente que o regime sírio continua a prosseguir uma política de repressão e de violações dos direitos humanos. Por conseguinte, é adequado e necessário manter as medidas restritivas em vigor. O Conselho acompanha constantemente os acontecimentos que marcam o conflito sírio e pode decidir renovar as sanções e alterar a lista de entidades ou pessoas visadas consoante a evolução no terreno. A União Europeia reitera que a única via para uma paz sustentável para a Síria é uma solução política em conformidade com a Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

VIII Conferência de Bruxelas renova o apoio internacional à Síria e à região, angariando mais de 7,5 mil milhões de euros

A 27 de maio, durante a oitava edição da Conferência de Bruxelas sobre “Apoiar o futuro da Síria e da região”, organizada pela União Europeia, a comunidade de doadores [comprometeu-se](#) a angariar um montante total de 7,5 mil milhões de euros. Este forte compromisso demonstra uma vez mais a vontade da UE e da comunidade internacional de atenuar o impacto da crise síria e de apoiar

as populações tanto na Síria como nos países vizinhos. O montante total dos compromissos inclui 5 mil milhões de euros de subvenções e 2,5 mil milhões de euros de empréstimos para 2024 e anos seguintes.

O valor global inclui os 2,12 mil milhões de euros prometidos pela UE para 2024 e 2025, anunciados durante a conferência pelo alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/vice-presidente da Comissão Europeia, Josep Borrell. O montante total prometido pela UE e pelos seus Estados-Membros ascendeu a quase 6 mil milhões de euros, reafirmando-os como o maior doador para a resposta à Síria.



Desporto

Estrelas do desporto europeu incentivam os cidadãos a votar nas eleições europeias

Futebolistas, clubes de futebol, torneios de ténis e atletas paraolímpicos [juntaram-se](#) à campanha [#UseYourVote](#) da UE antes das eleições para o Parlamento Europeu de 6 a 9 de junho. As principais futebolistas, incluindo a capitã dos Red Flames belgas, Tessa Wullaert, Anna Johanning, da seleção alemã, e a finlandesa Sanni Franssi, entre outras estrelas do futebol feminino, assinaram uma bola de futebol [#UseYourVote](#). Uma iniciativa semelhante está a ser levada a cabo no futebol masculino, no contexto da final da Liga dos Campeões de sábado, e os principais clubes europeus, incluindo o campeão alemão Bayer Leverkusen, a Atalanta, vencedora da Liga Europa, o FC Bayern München, o AC Milan e o SSC Napoli, já utilizaram ou vão utilizar as suas plataformas para incentivar os cidadãos a votar.

Em Bruxelas, o jogador da seleção belga de futebol Amadou Onana organizou um mini-torneio para jovens dos 16 aos 18 anos, em 25 de maio, para os incentivar a votar pela primeira vez. Na corrida de 20 km de Bruxelas, em 26 de maio, 1 300 membros do pessoal das instituições europeias correram sob a bandeira “Correr pela Europa”, ao lado de um *stand* de informação no final da corrida sobre as próximas eleições.



Economia, Comércio e Concorrência

UE e Austrália assinam uma parceria sobre minerais críticos e estratégicos sustentáveis

A UE e a Austrália [assinaram](#) um **Memorando de Entendimento (ME)** para uma parceria bilateral com vista à cooperação em matéria de **minerais críticos e estratégicos sustentáveis**. O Memorando de Entendimento foi assinado em nome da UE pelo vice-presidente executivo e comissário responsável pelo Comércio, Valdis Dombrovskis, e pelo comissário responsável pelo Mercado Interno, Thierry Breton. Os signatários da Austrália foram a ministra da Austrália do Norte, Madeleine King, e o ministro do Comércio e do Turismo, Don Farrell.

Esta parceria visa apoiar vários objetivos comuns, baseando-se simultaneamente em benefícios mútuos. Em especial, procura permitir que a UE **diversifique os seus fornecimentos de materiais necessários para as transições ecológica e digital**, contribuindo simultaneamente para o **desenvolvimento do setor interno dos minerais críticos da Austrália**. A parceria abrange toda a cadeia de valor dos minerais críticos e estratégicos: exploração, extração, processamento, refinação, reciclagem e transformação de resíduos de extração.

Para além do desenvolvimento conjunto de projetos ao longo de toda a cadeia de valor na UE e na Austrália, a parceria explorará também a cooperação em países em que a UE e a Austrália têm interesses mútuos, centrando-se na **redução dos impactos ambientais e beneficiando as comunidades locais**. Além disso, promove tecnologias e serviços inovadores e digitais para a exploração mineira, bem como outros projetos ao longo da cadeia de valor dos minerais críticos.

Combate ao branqueamento de capitais: Conselho adota um pacote de regras

O Conselho [adotou](#) um pacote de novas regras de combate ao branqueamento de capitais que protegerão os cidadãos da UE e o sistema financeiro da UE contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Com o novo pacote, todas as regras aplicáveis ao setor privado serão transferidas para um novo regulamento diretamente aplicável, enquanto uma diretiva tratará da organização das autoridades nacionais competentes que lutam contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (AML/CFT).

O regulamento harmoniza exaustivamente as regras de combate ao branqueamento de capitais pela primeira vez em toda a UE, colmatando as lacunas existentes para os autores de fraudes. Alarga as regras de combate ao branqueamento de capitais a novas entidades obrigadas, como a maior parte do setor das criptomoedas, os comerciantes de bens de luxo e os clubes e agentes de futebol. O regulamento estabelece também requisitos mais rigorosos em matéria de diligência devida, regula a propriedade efetiva e fixa um limite de 10 000 euros para os pagamentos em numerário, entre outros aspetos.

UE representava 15,2% do PIB mundial em 2021

O Programa de Comparação Internacional (PIC) [revelou](#) que, em 2021, o produto interno bruto (PIB) da UE representava 15,2% do PIB mundial quando expresso em paridades de poder de compra (PPC). A maior economia do mundo em 2021 era a China, com cerca de

18,9% do PIB mundial. Os Estados Unidos eram a segunda maior economia, com 15,5% do PIB mundial. A UE ocupava o terceiro lugar, com 15,2%.

Entre os 20 países do mundo com uma quota superior a 1% do PIB mundial expresso em PPC, encontravam-se 5 países da UE: Alemanha (3,4%), França (2,4%), Itália (1,9%), Espanha (1,4%) e Polónia (1,0%). Estes países contribuíram coletivamente com cerca de 10,1% para o PIB mundial. Estas informações provêm de dados publicados hoje pelo Gabinete Global do Programa de Comparação Internacional (PCI) do Banco Mundial e são os resultados da ronda de 2021 do PCI. O ICP é uma parceria estatística mundial para recolher dados comparativos de preços e compilar valores de despesa detalhados do PIB dos países, estimando as paridades de poder de compra (PPC) para as economias mundiais. O Eurostat é um parceiro do ICP e forneceu os dados necessários para 36 países europeus.

Analisando o PIB per capita das 20 maiores economias do mundo em 2021, apenas 6 países estavam acima da média da UE: Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Canadá, França e Reino Unido. Embora a economia chinesa fosse a maior em termos de PIB em PPC, o PIB per capita era apenas 39% da média da UE. A diferença entre o PIB per capita mais elevado e o mais baixo das 20 maiores economias do mundo era de nove vezes (os Estados Unidos com 137% da média da UE e a Índia com 15% da média da UE).

Mais de 27 mil patentes unitárias registadas no primeiro ano bem-sucedido do sistema de patente unitária

Durante o primeiro ano de aplicação do sistema de patente unitária, o Instituto Europeu de Patentes (IEP) já [registou](#) mais de 27 mil patentes unitárias. Isto significa que, em média, quase uma em cada quatro patentes europeias concedidas (23 %) é aplicável em todos os Estados-Membros participantes. Esta taxa também está a aumentar de forma constante. A taxa de utilização atinge quase 50 % entre os requerentes estabelecidos na Dinamarca e na Polónia e cerca de 40 % em Espanha. A maior parte das patentes são concedidas a tecnologias médicas (31 %), engenharia civil (6 %) e transportes (5 %).

Até à data, foram iniciados cerca de 350 processos junto do Tribunal Unificado de Patentes (TUP). Este novo tribunal permite agora a resolução centralizada não só de patentes unitárias, para as quais o TUP tem competência exclusiva, mas também de patentes europeias não unitárias, em determinadas condições. Lançada em junho de 2023, a patente unitária desempenha um papel crucial na realização do **mercado único europeu das patentes** e tornou-se um fator de mudança para a inovação e a competitividade da UE. O sistema facilita a proteção das inovações por parte das empresas, proporcionando um balcão único para a obtenção e aplicação de patentes na Europa. Tal permite às empresas poupar custos, bem como reduzir a burocracia e os encargos administrativos. A criação do Tribunal Unificado de Patentes também torna os litígios em matéria de patentes menos onerosos e dispendiosos, proporcionando simultaneamente uma maior segurança jurídica.

Atualmente, participam no sistema de patente unitária 17 Estados-Membros da UE, representando cerca de três quartos do PIB da UE. O sistema está igualmente aberto a outros Estados-Membros. Em breve, a Roménia tornar-se-á o 18.º membro participante. A Comissão visa igualmente reforçar ainda mais o sistema com a criação de um certificado complementar de proteção (CCP) unitário, que permitirá a extensão dos direitos de patente unitária para produtos farmacêuticos e fitofarmacêuticos autorizados específicos de forma unitária.



Educação

Comissão lança nova iniciativa Erasmus+ de narração de histórias com dados para um acesso mais rápido e fácil às estatísticas

Este ano, o programa Erasmus+ atingiu o marco de mais de 15 milhões de participantes desde 1987. Por esta ocasião, a Comissão Europeia lançou uma [iniciativa de divulgação de dados](#) que permite um acesso fácil a informações sobre o Erasmus+. Estudantes, professores, investigadores, jornalistas e qualquer pessoa interessada podem agora consultar uma vasta gama de estatísticas agregadas que abrangem o período 2014-2024 de uma forma interativa e simples. Também oferece uma representação visual dos fluxos de mobilidade de um país para outro e acesso a [painéis de controlo personalizáveis](#). Desde o número de organizações participantes por domínio educativo até ao número total de projetos por ano, o sítio Web do Erasmus+ disponibiliza agora uma grande quantidade de informações interessantes sobre este programa emblemático da UE. Para além disso, será lançada em breve uma nova série de *podcasts* sobre o programa Erasmus+. A série será disponibilizada [aqui](#).



Emprego e Demografia

Quantas horas por semana trabalham os europeus?

Em 2023, as horas de trabalho semanais efetivas das pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos no seu emprego principal, na UE, [eram](#) em média 36,1 horas. Um olhar mais atento aos países da UE revela diferenças notáveis. As semanas de trabalho mais longas foram registadas na Grécia (39,8 horas), na Roménia (39,5), na Polónia (39,3) e na Bulgária (39,0). Em contrapartida, os Países Baixos registaram a semana de trabalho mais curta (32,2 horas), seguidos da Áustria (33,6) e da Alemanha (34,0). As atividades económicas que registaram a semana de trabalho mais longa, na UE, em 2023, foram a agricultura, a silvicultura e a pesca (41,5 horas de trabalho efetivo), as indústrias extrativas (39,1) e a construção (38,9), enquanto as semanas de trabalho mais curtas foram registadas nas atividades das famílias empregadoras (26,7 horas), na educação (31,9) e nas artes, espetáculos e lazer (33,0).

Objetivo 55: Conselho dá luz verde final para reduzir emissões de metano no setor da energia

O Conselho [adotou](#) um regulamento relativo ao acompanhamento e à redução das emissões de metano, que faz parte do pacote Objetivo 55. O regulamento introduz novos requisitos em matéria de medição, comunicação e verificação das emissões de metano no setor da energia. As medidas de redução, como a deteção e reparação de fugas de metano e a limitação da ventilação e da queima em tocha, visarão evitar as emissões de metano. Instrumentos mundiais de monitorização assegurarão a transparência das emissões de metano provenientes das importações de petróleo, gás e carvão para a UE.

Ao abrigo das novas regras, os operadores serão obrigados a **detetar e reparar** fugas de metano. Os operadores terão de realizar vistorias para detetar fugas de metano em diferentes tipos de infraestruturas a intervalos definidos. Acima de determinados níveis de fuga de metano, os operadores terão então de reparar ou substituir todos os componentes **imediatamente** após a deteção e, o mais tardar, cinco dias depois. O prazo fixado para uma reparação completa ao abrigo das novas regras é de 30 dias. Além disso, o regulamento proíbe **a ventilação e a queima em tocha** de metano proveniente das estações de drenagem a partir de 2025 e dos poços de ventilação a partir de 2027, a menos que tal seja estritamente necessário ou em caso de emergência ou anomalia.

Comissão aprova até 1,4 mil milhões de euros de auxílios estatais concedidos por sete Estados-Membros para o quarto projeto de interesse europeu comum na cadeia de valor do hidrogénio

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um quarto projeto importante de interesse europeu comum (“IPCEI”) para apoiar a investigação, a inovação e a primeira implantação industrial na cadeia de valor do hidrogénio. O projeto contribui para o objetivo da UE de reduzir em 90% as emissões dos sectores da mobilidade e dos transportes, para que a UE se torne neutra em termos de clima até 2050. Ao promover a utilização do hidrogénio como combustível, ajudará também a alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, da Estratégia da UE para o Hidrogénio e da Estratégia para a Mobilidade Sustentável e Inteligente.

O projeto, denominado “IPCEI Hy2Move”, foi preparado e notificado conjuntamente por sete Estados-Membros: Estónia, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Eslováquia e Espanha. Os Estados-Membros disponibilizarão até 1,4 mil milhões de euros de financiamento público, que deverão desbloquear mais 3,3 mil milhões de euros de investimentos privados. No âmbito deste IPCEI, 11 empresas com atividades em um ou mais Estados-Membros, incluindo pequenas e médias empresas (“PME”) e empresas em fase de arranque, levarão a cabo 13 projetos inovadores.

Redes de eletricidade sustentáveis: Conselho aprova conclusões

O Conselho [aprovou](#) conclusões sobre a infraestrutura da rede elétrica da UE. As conclusões propõem uma série de medidas para uma rede elétrica interligada e resiliente na Europa, a fim de garantir a segurança energética e alcançar a descarbonização na UE. A UE tem por objetivo criar um sistema de energia totalmente integrado, interligado e sincronizado na Europa. As conclusões do Conselho salientam a necessidade de um planeamento a longo prazo e coordenado da infraestrutura da rede elétrica a nível europeu, especialmente tendo em conta o desafio crescente do congestionamento da rede. Este planeamento deverá ser combinado com a coordenação ascendente dos planos nacionais a nível regional e ter em conta as especificidades das regiões que não estão interligadas ou que não estão suficientemente interligadas.

Principais resultados do Conselho Energia

Os ministros [procederam](#) a uma troca de pontos de vista sobre o Pacto Ecológico Europeu e a forma como este pode ajudar a transformar a UE numa economia moderna, eficiente em termos de recursos e competitiva. Os ministros da Energia fizeram o balanço das realizações legislativas alcançadas no âmbito do pacote “Objetivo 55”, que está agora a entrar na sua fase de implementação. Neste contexto, trocaram pontos de vista sobre a forma de manter o rumo dos objetivos da UE em matéria de eficiência energética e de energias renováveis para 2030, reforçando assim a competitividade da União e assegurando simultaneamente uma transição justa para a descarbonização.

Juntamente com o avanço das redes elétricas, debateram medidas adicionais para uma verdadeira União da Energia, tal como preconizado nas conclusões do Conselho Europeu de 17-18 de abril de 2024, a fim de prosseguir a soberania energética europeia e a neutralidade climática. Durante o almoço, os ministros trocaram pontos de vista sobre as comunidades energéticas e a participação dos cidadãos. Reconheceram que os projetos comunitários de energias renováveis têm um potencial significativo para acelerar a transição energética e reduzir a dependência da Europa das importações de energia. No entanto, os ministros também sublinharam que, devido a vários obstáculos, o desenvolvimento destas iniciativas locais não é tão popular e divulgado como poderia ser. Um dos principais obstáculos, citado com muita frequência, foi a garantia de acesso às redes para as comunidades de energias renováveis.

A **União Europeia e a Euratom abandonarão o Tratado da Carta da Energia**, enquanto os Estados-Membros serão autorizados a apoiar a modernização durante a próxima Conferência do Tratado. As decisões estão ligadas entre si, uma vez que constituem os dois pilares de um compromisso político conhecido como o roteiro belga para o Tratado da Carta da Energia. A adoção formal pelo Conselho dá a luz verde final para a UE e a Euratom se retirarem do Tratado da Carta da Energia, depois de o Parlamento Europeu o ter aprovado na sua última sessão plenária em abril de 2024. Os Estados-Membros que desejem continuar a ser partes contratantes após a saída da UE e da Euratom poderão votar durante a próxima Conferência da Carta da Energia - que deverá ter lugar no final de 2024 - aprovando

ou não a adoção de um acordo modernizado. Desta forma, quebrando o impasse na UE, o roteiro belga também desbloqueou o processo de modernização do Tratado da Carta da Energia para as suas partes contratantes que não são membros da UE.



Espaço

Ecosistema espacial nos Açores tem de ser desígnio autonómico, realça Paulo Estêvão

O secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades do Governo Regional dos Açores, Paulo Estêvão, [defendeu](#) na noite de sábado, em Santa Maria, que o ecossistema espacial nos Açores tem de ser um “desígnio autonómico e não partidário”. Falando em Vila do Porto, na sessão de encerramento da segunda edição do *CanSat Junior Açores*, o governante sublinhou que se começam a ver “resultados muito significativos” nesta matéria, cerca de 20 anos após o tema ter chegado ao Parlamento dos Açores envolto na “descrença” de alguns.

“O importante é que se mantenha este espírito de unidade sobre um ecossistema espacial açoriano, que estejamos unidos no grande objetivo do desenvolvimento desta indústria. Vamos aguardar. Nos próximos meses podemos ter boas notícias”, adiantou ainda. Sobre o *CanSat Junior*, Paulo Estêvão valorizou o trabalho de docentes e alunos, destacando o “empenho e entusiasmo” nos dias passados em Santa Maria.

O *CanSat Junior Açores* contou com a participação de 13 equipas de sete ilhas do arquipélago, movimentando cerca de uma centena de alunos e professores. Este evento enquadra-se no eixo prioritário Divulgação, Educação e Cultura Científica para o Espaço, da Estratégia dos Açores para o Espaço, como área de intervenção para a criação de gerações de Açorianos e Açorianas atentos ao setor das STEM (ciências, tecnologias, engenharias e matemática), direta ou indiretamente ligados ao setor espacial, contribuindo para dar resposta às exigências em termos de qualificação que o setor exige, e para o crescimento do ecossistema espacial dos Açores. O *CanSat Junior Açores* é organizado pelo Governo dos Açores em parceria com a delegação portuguesa do *European Space Education Resource Office* (ESERO Portugal), a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, e a Agência Espacial Portuguesa – *Portugal Space*, contando com o apoio de diversas entidades locais, nacionais e internacionais. Um *CANSAT* é um microsatélite que tem o tamanho de uma lata de refrigerante - o nome vem da palavra em inglês para lata, “CAN”, e da abreviatura “SAT”, para satélite.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

A Comissão decide encerrar o procedimento contra a Polónia previsto no n.º 1 do artigo 7.º do TUE

A Comissão Europeia decidiu encerrar o procedimento previsto no artigo 7.º, n.º 1, do TUE para a Polónia, retirando a sua proposta fundamentada que tinha desencadeado este procedimento em 2017. Em [6 de maio de 2024](#), a Comissão concluiu a sua análise sobre a situação do Estado de direito na Polónia no contexto do procedimento previsto no artigo 7.º, n.º 1, do TUE.

A Comissão considera que já não existe um risco manifesto de violação grave do Estado de direito na Polónia, na aceção desta disposição. A Polónia lançou uma série de medidas legislativas e não legislativas para dar resposta às preocupações relativas à independência do sistema judicial, reconheceu o primado do direito da UE e está empenhada em aplicar todos os acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem relacionados com o Estado de direito, incluindo a independência do poder judicial.

Durante o Conselho (Assuntos Gerais) de 21 de maio de 2024, a Vice-Presidente responsável pelos Valores e Transparência, Věra Jourová, teve um debate positivo com os ministros sobre a situação na Polónia ao abrigo do procedimento previsto no artigo 7.º, bem como sobre a última avaliação da Comissão e a intenção de retirar a proposta fundamentada. Os Estados-Membros reconheceram os esforços já envidados pelo Governo polaco para dar resposta às preocupações existentes. Na sequência deste debate, a Comissão decidiu agora encerrar o procedimento previsto no artigo 7.º e informou o Conselho e o Parlamento Europeu de que retira a sua proposta fundamentada de 2017.

A Comissão continuará a acompanhar as medidas ao abrigo do [Plano de Ação](#), bem como outras medidas destinadas a promover o Estado de direito na Polónia, em especial no âmbito do processo de Relatório sobre o Estado de Direito.

Manipulação da informação na guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia: UE acrescenta duas pessoas e uma entidade à lista

O Conselho [decidiu](#) impor medidas restritivas contra **duas pessoas e uma entidade** responsáveis pela realização de **ações de propaganda dirigidas à sociedade civil da UE e dos seus países vizinhos**, distorcendo e manipulando gravemente os factos, a fim de justificar e apoiar a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. A propaganda tem **visado** de forma repetida e orquestrada **partidos políticos europeus**, em especial nos períodos eleitorais, bem como a **sociedade civil, os requerentes de asilo, as minorias étnicas russas, as minorias de género** e o funcionamento das **instituições democráticas na União e nos Estados-Membros**.

Em particular, o Conselho impôs medidas restritivas contra a «**Voice of Europe**», um meio de comunicação social em linha que tem participado numa **campanha internacional sistemática de manipulação dos média e de distorção dos factos** a fim de desestabilizar a Ucrânia, a UE e os seus Estados-Membros. Além disso, a «**Voice of Europe**» gere um sítio Web - tendo contas em linha que o promovem

nas redes sociais *Facebook, Youtube, Telegram e X*, entre outras - que difunde ativamente desinformação relacionada com a Ucrânia e promove falsas narrativas pró-Kremlin sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia. Além disso, a «Voice of Europe» tem sido utilizada como veículo para canalizar recursos financeiros destinados a **remunerar propagandistas** e criar uma **rede para influenciar representantes de partidos políticos na Europa**.

Luta contra o tráfico de seres humanos: Conselho reforça regras

O Conselho [adotou](#) uma diretiva que acrescenta a **exploração da gestação de substituição, do casamento forçado e da adoção ilegal** às formas de exploração abrangidas pela legislação da UE em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos. A alteração reflete não só a gravidade, mas também a prevalência e a relevância destas formas de exploração. A utilização consciente de um serviço prestado por uma vítima de tráfico de seres humanos tornar-se-á agora um crime punível com sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas. A nova legislação reforça igualmente as medidas de prevenção, bem como o apoio e a assistência às vítimas.

Rússia: UE cria novo quadro específico por país de medidas restritivas contra os responsáveis por violações dos direitos humanos, e sanciona 20 pessoas

O Conselho [estabeleceu](#) um novo quadro de medidas restritivas contra os responsáveis por **violações** ou atropelos **graves dos direitos humanos**, pela **repressão da sociedade** e da **oposição democrática** e por atos que **comprometem a democracia e o Estado de direito na Rússia**. A decisão de estabelecer este novo regime de sanções faz parte da resposta da UE à repressão crescente e sistemática na Rússia. O novo regime foi proposto pelo alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, após a morte prematura do político da oposição Alexei Navalny, numa prisão da Sibéria, em fevereiro.

O novo regime permitirá à UE visar também aqueles que prestam apoio financeiro, técnico ou material, ou que estão de outra forma envolvidos ou associados a pessoas e entidades que cometem violações dos direitos humanos na Rússia. Além disso, o novo regime de sanções introduz **restrições comerciais à exportação de equipamento** suscetível de ser **utilizado para fins de repressão interna**, bem como de equipamento, tecnologia ou *software* destinado principalmente à **segurança da informação e à vigilância ou interceção de telecomunicações**.



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Sérvia: Conselho dá luz verde à assinatura de um acordo de cooperação no âmbito da Frontex

O Conselho [decidiu](#) que a UE assinará um acordo com a República da Sérvia sobre as atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex). O acordo permitirá à UE e à Sérvia organizar operações conjuntas com a participação da Frontex e dos guardas de fronteira da Sérvia. Além disso, possibilitará o destacamento de equipas de gestão das fronteiras da Frontex para a Sérvia e permitirá à Frontex ajudar a Sérvia na gestão dos fluxos migratórios, no combate à imigração ilegal e na luta contra a criminalidade transfronteiriça.



Indústria

Política industrial: Conselho dá a sua aprovação final ao Regulamento Indústria de Impacto Zero

O Conselho [adotou](#) um regulamento que estabelece um quadro de medidas com vista a reforçar o ecossistema europeu de fabrico de tecnologias de impacto zero, mais conhecido como Regulamento Indústria de Impacto Zero. Trata-se do último passo do processo de decisão. O regulamento visa estimular a implantação industrial das tecnologias de impacto zero necessárias para alcançar os objetivos climáticos da UE, utilizando a força do mercado único para intensificar a posição de liderança da Europa no domínio das tecnologias verdes industriais.

A fim de promover a inovação, o ato jurídico propõe a criação de quadros regulamentares favoráveis ao desenvolvimento, ensaio e validação de tecnologias inovadoras (conhecidos como «ambientes de testagem da regulamentação»). Os progressos na consecução dos objetivos do Regulamento Indústria de Impacto Zero serão medidos por dois valores de referência indicativos. Em primeiro lugar, uma capacidade de fabrico de tecnologias de impacto zero, como painéis solares fotovoltaicos, turbinas eólicas, baterias e bombas de calor, que cubra 40 % das necessidades de implantação da UE. Em segundo lugar, uma meta específica de aumento da quota da União para estas tecnologias, com vista a atingir 15 % da produção mundial até 2040. Além disso, o Regulamento Indústria de Impacto Zero estabelece uma capacidade anual de injeção de, pelo menos, 50 milhões de toneladas de CO₂, a alcançar até 2030, em locais de armazenamento geológico situados no território da União.

Regulamento Indústria de Impacto Zero faz da UE o berço da produção de tecnologias limpas e dos empregos verdes

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com a adoção final do Regulamento Indústria de Impacto Zero, que coloca a **UE no bom caminho para reforçar as suas capacidades de produção interna de tecnologias limpas essenciais**. Ao criar um ambiente empresarial unificado e previsível para o setor da produção de tecnologias limpas, a análise de impacto zero aumentará a **competitividade e a resiliência da base industrial da UE** e apoiará a criação de emprego de qualidade e uma mão de obra qualificada.

Ao impulsionar a produção interna da UE de tecnologias de impacto zero, a avaliação de impacto zero reduzirá o risco de substituir as dependências de combustíveis fósseis por dependências tecnológicas em relação a intervenientes externos. Tal contribuirá, por sua vez, para tornar o nosso sistema energético mais limpo e mais seguro, com fontes de energia limpas a preços acessíveis e produzidas internamente que substituam as importações voláteis de combustíveis fósseis.



Investigação e inovação científica, ciência

608,6 milhões de euros do Horizonte Europa para formar doutorandos no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie

A Comissão Europeia anunciou um novo convite à apresentação de propostas para redes de doutoramento no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), parte do programa de investigação e inovação da UE Horizonte Europa. 608,6 milhões de euros de financiamento apoiarão consórcios de organizações para recrutar e formar doutorandos.

O convite faz parte dos 1,25 mil milhões de euros do programa Horizonte Europa que irão apoiar a investigação no âmbito das MSCA este ano, anunciados em abril. Prevê-se que sejam financiados 160 programas de doutoramento que abrangem vários domínios científicos, com uma forte incidência na cooperação interdisciplinar, internacional e intersectorial. Estes doutoramentos oferecerão oportunidades de emprego, formação e desenvolvimento de competências a cerca de 2400 investigadores, permitindo-lhes adquirir competências relacionadas com a inovação e aumentando a sua empregabilidade a longo prazo.

As redes de doutoramento são implementadas por parcerias de organizações, tanto no meio académico como fora dele, que beneficiam do regime atraindo talentos, aumentando a sua visibilidade global e promovendo as suas ligações internacionais com outros sectores. O prazo para apresentação de candidaturas é 27 de novembro de 2024. Para mais informações e orientações sobre como se candidatar, clique [aqui](#). Os potenciais candidatos podem também participar num [dia de informação](#) virtual a 7 de junho de 2024.



Instituições/ EU

Eleições europeias 2024: Informações aos meios de comunicação social sobre os dias e noite das eleições

Na próxima semana, entre 6 e 9 de junho de 2024, mais de 370 milhões de cidadãos europeus poderão votar nos 27 países da União Europeia para eleger os próximos 720 deputados do Parlamento Europeu. Os resultados estarão disponíveis em tempo real no [sítio Web dos resultados das eleições europeias](#).

Os resultados provisórios das eleições europeias só podem ser publicados após as 23h00 (CEST), quando as assembleias de voto encerrarem em Itália. Antes disso, o Parlamento emitirá estimativas, com base em sondagens pré-eleitorais e à boca das urnas. O hemiciclo em Bruxelas [será](#) transformado numa sala de imprensa, com uma área de palco e postos para estações de televisão, onde serão divulgadas informações. O acesso será limitado aos representantes acreditados dos meios de comunicação social e ao pessoal essencial do Parlamento. Posições para *stand-up* audiovisual ao vivo também serão disponibilizadas na passarela Karamanlis e na rue Wiertz. **A partir das 17h30** haverá um programa especial dedicado à noite eleitoral no [EBS](#) e transmissão em contínuo no [Centro Multimédia do Parlamento](#).



Mar e Pescas

Águas balneares da Europa permanecem seguras

De acordo com o último relatório anual sobre as águas balneares, a grande maioria das zonas balneares na Europa [cumpriu](#) as normas mais rigorosas da União Europeia em matéria de qualidade balnear «excelentes». O que representa 85,4 % das águas balneares populares da UE. 96 % de todas as águas balneares oficialmente identificadas na UE cumpriam as normas mínimas de qualidade, com apenas 1,5 % classificados como «pobres».

A avaliação, elaborada pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) em cooperação com a Comissão, destaca onde os banhistas podem encontrar zonas balneares seguras na Europa este verão. Centra-se especificamente na segurança dos banhos, através da monitorização de bactérias que podem causar doenças graves nas pessoas, e não na qualidade geral da água.

A percentagem mais elevada de águas balneares excelentes verifica-se na Grécia, Croácia, Chipre e Áustria. Na Bélgica, na Bulgária, no Luxemburgo, em Malta, na Áustria e na Roménia, todas as águas balneares oficialmente identificadas cumpriam, pelo menos, a norma de qualidade mínima em 2023. A qualidade balnear das águas costeiras é geralmente melhor do que nas águas interiores. Em 2023, 89 % das zonas balneares costeiras classificadas são de excelente qualidade, contra pouco menos de 79 % das águas balneares interiores.

Desde a adoção da [diretiva relativa às águas balneares](#), em 2006, a percentagem de águas balneares com má qualidade das águas diminuiu na última década e mantém-se estável desde 2015. No entanto, os riscos para a saúde decorrentes da natação nas águas balneares são um problema em curso, tendo sido comunicados em 321 2023 sítios «pobres» na UE.

Comissão notifica o Senegal da necessidade de intensificar a luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

A Comissão Europeia [emitiu](#) um “cartão amarelo” ao Senegal, notificando-o da necessidade de intensificar as ações de luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU). No âmbito do compromisso assumido pela UE de lutar contra a pesca IUU a nível mundial e em consequência de vários anos de deficiências e falta de cooperação, a Comissão identificou previamente o Senegal como um país não cooperante na luta contra a pesca IUU. A decisão da Comissão baseia-se nas graves deficiências detetadas nos últimos anos no sistema que o país instaurou para cumprir as suas obrigações internacionais enquanto Estado de pavilhão, portuário, costeiro ou de mercado.

As deficiências identificadas nos sistemas de acompanhamento, controlo e vigilância do Senegal dizem respeito aos navios que arvoram pavilhão do Senegal e operam em águas fora da jurisdição do país, bem como aos controlos efetuados aos navios de pesca estrangeiros no porto de Dakar. Além disso, foram detetadas exportações ilegais do Senegal para o mercado da UE, o que compromete a fiabilidade do sistema de rastreabilidade em que se baseia a certificação da legalidade dos produtos da pesca. Por último, o Senegal não demonstrou, até à data, vontade suficiente de cooperar com a Comissão na luta contra a pesca IUU.



Saúde

Conselho adota novas regras relativas a substâncias de origem humana

O Conselho [adotou](#) novas regras destinadas a melhorar a **segurança e a qualidade do sangue, dos tecidos e das células** utilizados nos cuidados de saúde e a facilitar a **circulação transfronteiriça** destas substâncias na UE. O regulamento relativo às **substâncias de origem humana (SoHO)** assegurará uma melhor proteção dos doadores e dos recetores, bem como das crianças nascidas na sequência da reprodução medicamente assistida. As novas regras propostas visam reforçar o quadro jurídico existente e proporcionar também mais flexibilidade, a fim de acompanhar a evolução científica e técnica.

Ao abrigo do novo regulamento, os Estados-Membros podem optar por aplicar medidas mais rigorosas para proteger os seus cidadãos. O texto alarga o âmbito de aplicação das SoHO de modo a incluir o **leite materno humano e a microbiota intestinal**. Visa igualmente orientar a legislação da UE para o futuro, ao abranger outras SoHO que mais tarde possam ser aplicadas no ser humano, e permitir atualizações posteriores mais flexíveis. O regulamento abrange um vasto leque de atividades, desde o registo e a análise dos doadores, a colheita e o processamento, até à aplicação em seres humanos e à monitorização dos resultados clínicos ligados às substâncias de origem humana.

Comissão aprova até mil milhões de euros de auxílios estatais concedidos por seis Estados-Membros para o primeiro projeto importante de interesse europeu comum no sector da saúde

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, o primeiro projeto importante de interesse europeu comum (“IPCEI”) para apoiar a investigação, a inovação e a primeira implantação industrial de produtos de cuidados de saúde, bem como processos de produção inovadores de produtos farmacêuticos. Este IPCEI contribuirá, nomeadamente, para os objetivos da União Europeia da Saúde, ao proporcionar inovações que abordam doenças para as quais não existem meios satisfatórios de prevenção ou tratamento e ao aumentar o grau de preparação da UE para ameaças emergentes para a saúde.

O projeto, denominado “IPCEI Med4Cure”, foi notificado conjuntamente por seis Estados-Membros: Bélgica, França, Hungria, Itália, Eslováquia e Espanha. Os Estados-Membros disponibilizarão até mil milhões de euros de financiamento público, que deverão desbloquear 5,9 mil milhões de euros adicionais em investimentos privados. No âmbito deste IPCEI, 13 empresas com atividades em um ou mais Estados-Membros, incluindo nove pequenas e médias empresas (“PME”), levarão a cabo 14 projetos altamente inovadores.

O IPCEI Med4Cure diz respeito a projetos de investigação e desenvolvimento que abrangem todas as etapas fundamentais da cadeia de valor farmacêutica, desde a recolha e o estudo de células, tecidos e outras amostras, até às tecnologias de produção sustentável de terapias revolucionárias, incluindo tratamentos personalizados, e à aplicação de tecnologias digitais avançadas.

Conselho aprova medidas para tornar a UE sem mercúrio

O Conselho [adotou](#) um regulamento que proíbe completamente a utilização de amálgamas dentárias e proíbe o fabrico, a importação e a exportação de outros produtos com mercúrio adicionado. As regras atualizadas visam fazer face à utilização de mercúrio que ainda subsiste na União Europeia, em consonância com a ambição de poluição zero da UE. As regras em vigor já **proíbem a utilização de amálgamas dentárias** para o tratamento dos dentes em crianças com menos de 15 anos e em mulheres grávidas ou lactantes. As novas regras alargarão a proibição de modo a incluir **todas as pessoas na UE** a partir de 1 de janeiro de 2025. Serão aplicáveis exceções quando a utilização de amálgamas dentárias for considerada estritamente necessária pelo dentista para responder a necessidades médicas específicas do doente. A **exportação** de amálgamas dentárias será proibida a partir de 1 de janeiro de 2025; a proibição **do fabrico e da importação** para a UE será aplicável a partir de 1 de julho de 2026. Além disso, mais seis **lâmpadas que contêm**

mercúrio ficarão também sujeitas a uma proibição de fabrico, importação e exportação a partir de 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2026.

Dispositivos médicos: Conselho adota novas medidas para ajudar a prevenir situações de escassez

O Conselho [adotou](#) novas regras que atualizam a legislação relativa aos dispositivos médicos, que contribuirão para prevenir **situações de escassez** e facilitar a transição para **uma maior transparência** e um maior acesso à informação. Em 2017, foram introduzidas novas regras para modernizar e atualizar o quadro da UE relativo aos DIV, garantindo a sua segurança e eficácia. A alteração **prorroga o prazo de transição para o novo sistema** em determinadas condições, a fim de evitar a escassez de DIV críticos, sem comprometer a segurança.

O novo regulamento permite igualmente uma disponibilização progressiva da base de dados europeia sobre dispositivos médicos (Eudamed), **exigindo que os fabricantes forneçam informações sobre os seus produtos aos módulos existentes da Eudamed** sem terem de esperar pela conclusão dos restantes módulos. Este registo obrigatório deverá produzir efeitos a partir de finais de 2025.

A revisão também introduz a obrigação de os fabricantes **notificarem previamente qualquer interrupção do fornecimento** de determinados dispositivos médicos ou DIV críticos às autoridades competentes, às instituições de saúde, aos profissionais de saúde e aos operadores económicos a quem fornecem esse dispositivo.



Tecnologia e Informática

Comissão cria Gabinete IA para reforçar a liderança da UE em matéria de inteligência artificial segura e fiável

A Comissão Europeia [divulgou](#) o Serviço IA, [criado no seio da Comissão](#). O Serviço IA visa permitir o desenvolvimento, a implantação e a utilização futuros da IA de uma forma que fomente os benefícios sociais e económicos e a inovação, atenuando simultaneamente os riscos. O Gabinete desempenhará um papel fundamental na aplicação do Regulamento Inteligência Artificial, especialmente no que diz respeito aos modelos de IA de finalidade geral. Trabalhará também para promover a investigação e a inovação no domínio de uma IA de confiança e posicionará a UE como líder nos debates internacionais.

O Serviço IA empregará mais de 140 efetivos para desempenhar as suas funções. O pessoal incluirá especialistas em tecnologia, assistentes administrativos, advogados, especialistas em políticas e economistas. O gabinete assegurará a **aplicação coerente do Regulamento Inteligência Artificial**. Para tal, apoiará os órgãos de governação dos Estados-Membros. O Serviço IA também aplicará diretamente as regras aplicáveis aos modelos de IA de finalidade geral. Em cooperação com os criadores de IA, a comunidade científica e outras partes interessadas, o Serviço IA coordenará a elaboração de **códigos de conduta de ponta**, a realização de testes e a avaliação de modelos de IA de finalidade geral, solicitará informações e aplicará sanções, sempre que necessário.

“Inteligência artificial na União Europeia: mais velocidade precisa-se”, refere o TCE

A União Europeia não consegue desenvolver o ecossistema de inteligência artificial (IA) da Europa nem investir em IA ao mesmo ritmo dos líderes mundiais na área. Estas são as principais conclusões de um [relatório](#) do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Desde 2018, a Comissão Europeia tomou várias medidas e trabalhou em pilares essenciais para construir o ecossistema de IA da União, como as regras, as infraestruturas, a investigação e o investimento. A UE também deu os primeiros passos para analisar os riscos desta tecnologia e criou as primeiras regras gerais do mundo sobre a utilização da inteligência artificial. Porém, coordena mal as suas medidas com as dos países da União e não acompanha sempre os investimentos que faz. No futuro, a UE vai precisar de melhor gestão e de mais (e melhor) investimento público e privado, se quiser cumprir as suas ambições para a inteligência artificial.

A UE enfrenta desafios na corrida mundial ao investimento em inteligência artificial. Desde 2015, os investimentos de capital de risco têm sido mais baixos do que noutras regiões do mundo líderes em IA: os Estados Unidos e a China. Segundo as estimativas, a diferença total de investimento entre os Estados Unidos e a UE mais do que duplicou entre 2018 e 2020 (com a União a ficar mais de 10 mil milhões de euros atrás). Com este panorama, a UE desenvolveu passo a passo um quadro de coordenação da IA em todo o bloco, aumentando a escala dos investimentos e adaptando as regras. Em 2018 e 2021, a Comissão Europeia e os países da União chegaram a acordo sobre medidas para desenvolver um ecossistema de IA de excelência e confiança. Com estas medidas, pretendia-se colocar a UE no caminho para se tornar um líder mundial em inteligência artificial de ponta, ética e segura.



Turismo

Setor do turismo da UE empregava 11,3 milhões de pessoas

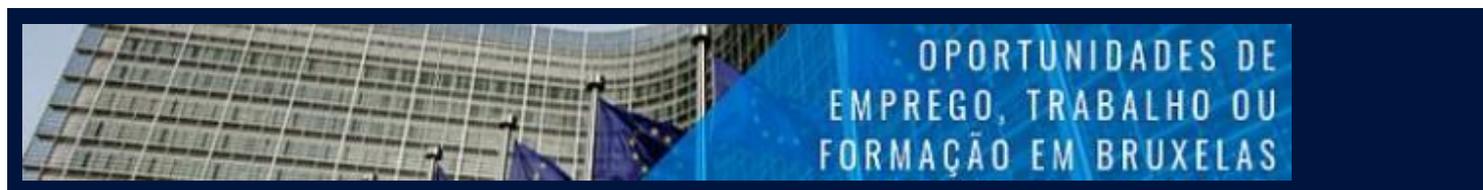
Em 2021, 11,3 milhões de pessoas na UE [estavam](#) empregadas em atividades económicas relacionadas com o turismo (mas não necessariamente dependentes apenas do turismo). Entre elas, 6,8 milhões trabalhavam na indústria alimentar e de bebidas, 2,1 milhões no sector do alojamento, 1,8 milhões nos transportes e 0,4 milhões em agências de viagens e operadores turísticos. Os três setores que dependem quase inteiramente do turismo (alojamento, agências de viagens/operadores turísticos e transporte aéreo) empregavam 2,8 milhões de pessoas na UE.

O setor do turismo é um grande empregador de mulheres. Em 2023, entre as pessoas empregadas em indústrias de turismo selecionadas, 57,6% eram mulheres, 21,2 pontos percentuais (pp) mais do que no total da economia empresarial não financeira (36,4%). A percentagem de emprego a tempo parcial nas indústrias do turismo (21,3%) era 6,1 pontos percentuais mais elevada do que no total da economia empresarial não financeira (15,2%).

As indústrias do turismo atraíram uma percentagem ligeiramente mais elevada da mão de obra mais jovem, com 11,0% dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, em comparação com 9,0% para a economia empresarial não financeira. Em 2023, a percentagem de pessoas com um nível de escolaridade inferior no turismo era de 20,2%, próxima da registada no total da economia (18,9%). Os cidadãos estrangeiros representavam 15,9% da população ativa nas indústrias do turismo (7% de outros países da UE e 9% de países terceiros), mais 5,3 pp do que no total da economia empresarial não financeira (10,6%).

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para 2024 e 2025.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

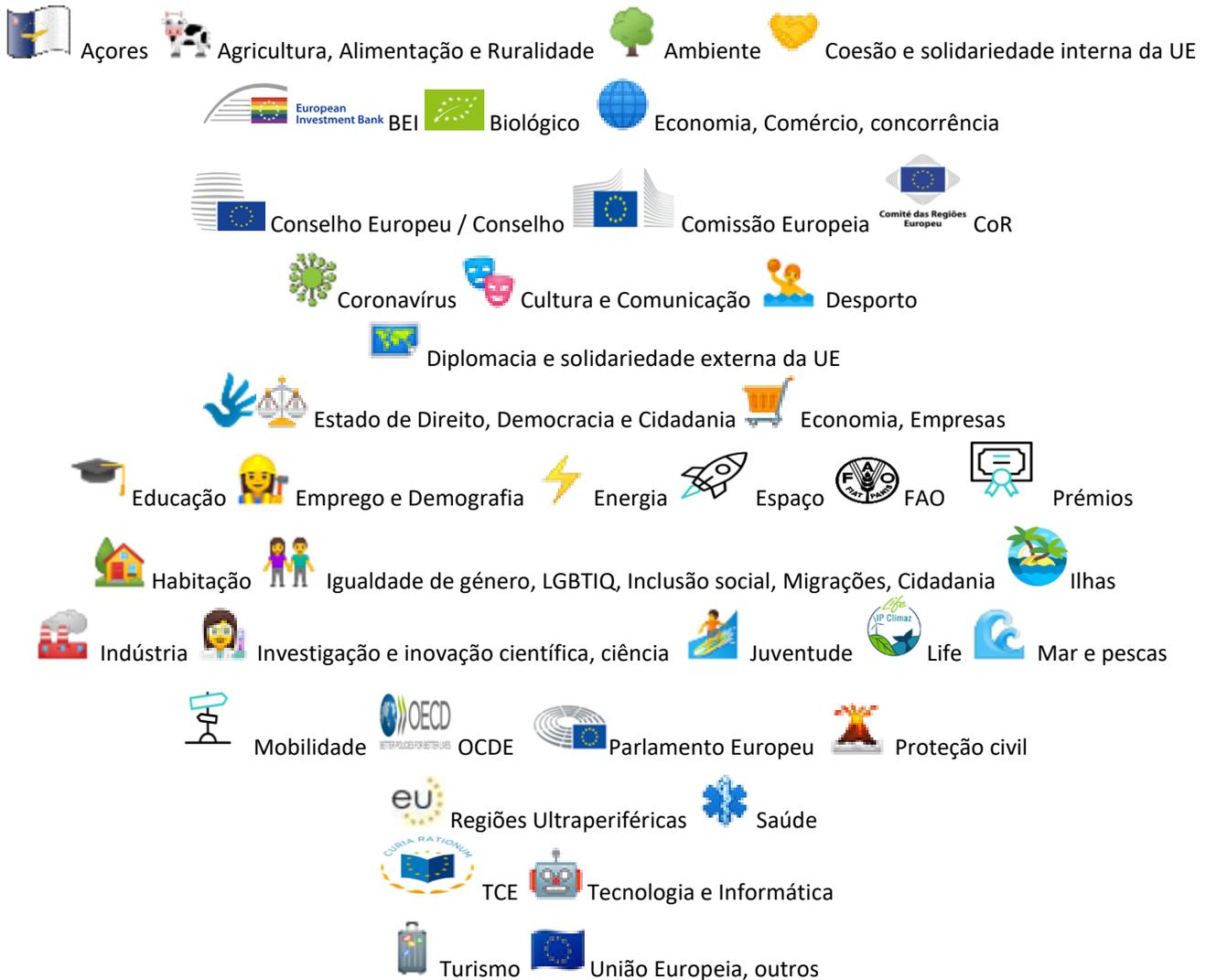


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção,

seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional](#)

[Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!